programa final



Encontro Nacional
de Produtores e Usuários
de Informações Sociais,
Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional
de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional
de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

IBGE 60 anos
1936-1996

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

Índices de Preços ao Consumidor

Reflexões sobre a Produção Brasileira

Marcia Maria Melo Quintslr

1. Introdução

O documento a seguir expõe o cenário da produção de Índices de Preços ao Consumidor no Brasil. Estabelece a relação com algumas experiências de outros países e também com as recomendações internacionais no que se refere a medida de inflação e a produção de estatísticas em geral.

De início, é focalizado o conceito de Índice de Preços ao Consumidor e a ampla utilização desta série estatística.

Ao abordar a produção brasileira, será considerada a peculiar evolução da inflação no país, a multiplicidade de índices produzidos e a prática em termos de divulgação.

Sob o enfoque da inserção dos Índices de Preços ao Consumidor na composição do Sistema Estatístico Nacional é identificada a lacuna no que se refere a medida síntese da inflação nacional. Além do necessário esforço na compatibilização dos muitos resultados produzidos, a importância em ampliar a produção de índices consistentes regionalizados.

Por fim, algumas sugestões são apontadas no sentido de cobrir lacunas, criar comparabilidade na múltipla produção existente e alguns cuidados na divulgação de resultados para garantir a melhor compreensão e utilização dos indicadores.

2. Índices de Preços ao Consumidor - o conceito e a utilização

O Índice de Preços ao Consumidor - IPC é a medida do movimento médio de preços pagos por consumidores urbanos por uma cesta fixa de bens e serviços.

O conceito econômico que esta estatística se propõe estimar é o Índice de Custo de Vida, que estabelece para um consumidor a variação que deve ter sua renda para manter determinado padrão de vida. Sob essa ótica a série do IPC é a que deve ser adotada quando a questão é proteger o poder de compra dos indivíduos face o movimento de preços observado.

Uma abordagem mais genérica do objetivo da produção de um IPC é indicada pela Organização Internacional do Trabalho-OIT- na Resolução sobre Índices de Preços elaborada na XIV Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra em outubro/novembro de 1987:

"A finalidade de um Índice de Preços ao Consumidor é medir mudanças ao longo do tempo, no nível geral de preços de bens e serviços que uma população objetivo adquire, usa ou paga para consumo."

O IPC é, sem dúvida , uma das mais largamente utilizadas séries estatísticas nos países em que é produzida. Afeta indivíduos, empresas, organismos governamentais, ou seja , um largo segmento populacional de diversas formas.

A aplicabilidade dos IPCs, nos diversos países, qualquer que seja o patamar inflacionário observado, pode ser sintetizado nas quatro formas a seguir:

a) Indicador Econômico

O IPC é um indicador da eficácia da política econômica governamental, sendo utilizado para subsidiar a formulação de políticas fiscais e monetárias. São essenciais para avaliação das condições sociais e do desempenho econômico geral, apoiando o governo na análise e formulação de políticas econômicas e sociais. Além disso, executivos, líderes sindicais, diversos segmentos do setor privado usam o IPC como guia nas decisões que tomam sobre seus negócios e/ou interesses econômicos;

b) Deflator

O IPC e seus componentes (sub-índices) são usados para ajustar séries econômicas, permitindo compará-las no tempo, livres do efeito inflacionário. Cite-se aqui o uso no deflacionamento das Contas Nacionais;

c) Meio para Ajustar Pagamentos

O IPC é utilizado por trabalhadores cobertos por acordos coletivos, no ajuste de valores de ações judiciais, seguros sociais, remuneração de servidores públicos civis e militares, benefícios de seguridade em geral, aluguéis, entre outros;

Algumas vezes opta-se pela aplicação automática do IPC, em outras, ele é apenas utilizado como balizador ou ponto de referência a partir de critérios negociados entre as partes interessadas no ajuste; e

d) Comparação de Movimentos de Preços

Serve para a comparação da inflação geral entre países, entre regiões no mesmo país, do movimento de preços de um mercado específico com outro mercado , ou face o movimento geral.

Vale repetir que estes usos são internacionalmente consagrados, independente do nível de inflação ou da aceleração inflacionária.

No Brasil, viveu-se uma situação em que esta utilização foi exacerbada, havia a angústia (e não o interesse justo e normal) para se conhecer o mais rápido a inflação que estaria associada a determinado período. Deixou de ser importante a composição, a representatividade do

indicador e a real adequação para determinados usos, e passou a ser fundamental apenas ter o número disponível o mais rápido possível.

Foram criados mecanismos de previsão que, em determinados momentos, tornaram-se tão poderosos que passaram a ser fator de influência para a formação do número que deviam prever!

O sucesso das presentes medidas anti-inflacionárias recoloca aos IPCs, apenas, a sua importância natural - trata-se de série estatística que afeta muitos brasileiros e que desempenha um papel importante nas relações econômicas e sociais do País.

3. Os Índices de Preços ao Consumidor no Brasil

A produção de IPCs no Brasil é tão peculiar quanto a evolução da inflação brasileira frente a de outros países.

Existe no Brasil uma multiplicidade de índices produzidos por Instituições diversas.

O IBGE, instituto oficial responsável pelas estatísticas brasileiras, produz o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor que tem como produtos os índices nacionais INPC e IPCA e os índices regionais referentes as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba além de Brasília

e Goiânia refletindo portanto, a medida de variação de preços referida a importante parcela da população urbana brasileira. A partir deste sistema muitos indexadores oficiais foram definidos.

Destacam-se ainda a Fundação Getúlio Vargas - FGV que produz IPCs para o Rio de Janeiro e São Paulo (embora, sejam os IGPs os principais resultados divulgados pela FGV, com larguíssima utilização), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE que calculam IPCs para a cidade de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis - IPEAD que calcula o IPC para Belo Horizonte, a exemplo de diversos outros institutos de pesquisas ligados aos governos estaduais ou às Universidades, que calculam índices para a quase totalidade dos municípios das capitais dos Estados brasileiros. Para diversos outros municípios, índices são produzidos. É o caso de Viçosa (MG), São Carlos (SP), por exemplo.

Um primeiro ponto a destacar é que esses índices guardam entre si diferenças metodológicas importantes, o que faz com que a comparabilidade dos resultados obtidos, principalmente os de curto prazo, não seja consistente. Este fato causa também uma confusão grande para os usuários pois, afinal, para eles, todos os indicadores estão medindo o mesmo fenômeno!

Colocam-se como diferenças principais: a região geográfica coberta pelos índices, a faixa de rendimentos das famílias às quais os índices se referem, a data de realização das Pesquisas de Orçamentos Familiares, o método de levantamento das informações de consumo e da definição

das estruturas de pesos, o tratamento na coleta de preços e no cálculo de itens com características especiais na formação de seus preços.

Observa-se também que, sob o mais estrito rigor estatístico, nem mesmo os abrangentes resultados produzidos pelo IBGE poderiam ser ditos nacionais. Assim, em meio a essa profusão de índices , acredite-se ou não , há uma lacuna relevante.

A experiência internacional aponta para uma quadro bastante diverso. O IPC produzido pelos institutos nacionais produtores de estatísticas costuma ser único e dar a representatividade máxima possível ao território nacional. Setores específicos da sociedade podem até eventualmente replicar o IPC oficial para efeito de checagem ou monitoramento dos procedimentos adotados. Porém, é inquestionável a unicidade do indicador oficial para efeito de utilização .

Contudo, há razões fortes para este quadro brasileiro:

a) o IBGE iniciou sua produção de índices em 1979, quando a FGV, a FIPE e o DIEESE já produziam IPCs de longa data. O mesmo ocorre com alguns outros produtores de índices regionais.

b) principalmente os estados não cobertos pelos índices do IBGE têm interesse em garantir o cálculo da inflação local; e

c) todos esses índices atuam como cheque e/ou substituto para os resultados produzidos pelo Instituto Oficial, o que decorre do histórico tumultuado recente, que tem abalado os índices do IBGE no que tange a credibilidade (tentativas de manipulação, desmonte do Serviço Público Federal, alterações freqüentes das regras de indexação) e continuidade (greves).

A essas questões adicione-se o caráter polêmico da estatística de inflação em qualquer que seja o país ou a conjuntura. Trata-se de medida pouco intuitiva e que afeta muito intensamente interesses diversos. É comum o credor achar o índice baixo e o devedor identificá-lo como elevado. Assim, checar ou monitorar o cálculo desta estatística tem sido prática corrente.

Em países como Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Holanda são viabilizados conselhos técnicos onde a metodologia do IPC, e/ou das estatisticas em geral, é debatida e avaliada por experts representantes dos governos, trabalhadores, empresariado, setor financeiro e academia. Nesse procedimento ganham os usuários que se asseguram da precisão dos índices e os órgãos produtores que saem fortalecidos e respaldados do embate técnico. No caso brasileiro, um fórum desse tipo deveria incluir na sua pauta a discussão de um grau de homogeneidade metodológica para dar consistência comparativa aos muitos índices produzidos.

O brasileiro tem acesso a múltiplos resultados de inflação, nem sempre fáceis para interpretar, também em decorrência da prática de divulgação tanto no que se refere a periodicidade quanto no que se refere ao período de tempo de referência dos resultados.

Há a prática de divulgação de resultados em intervalos menores que um mês. O que, sem dúvida, é resquício da realidade da inflação alta, ainda recente e cuja cultura da busca aflita por números permanece presente na memória de produtores e também de usuários.

Em se consolidando o atual patamar inflacionário, cabe ao produtor de IPCs estar atento ao contexto em que a informação será utilizada. Refletir sobre a real utilidade de manter a intensa periodicidade de divulgação, aproveitando para rever a forma de divulgação. Passar a dar destaque aos resultados acumulados (acumulado do ano, últimos seis meses, últimos doze meses) tanto quanto se faz em referência a inflação do mês.

A principal e óbvia razão para isso é que, com a inflação em baixa, os índices acumulados é que tendem a ser importantes nas negociações diversas e na avaliação e formulação de políticas sociais e econômicas.

Uma argumentação puramente técnica que reforça este aspecto está na natureza amostral dos IPCs. A exceção do IPC americano-totalmente probabilístico-, os IPCs produzidos em todo mundo são construídos com amostras intencionais na maior parte das suas etapas de elaboração. Sendo assim, a precisão dos resultados tende a aumentar quanto maior o número de cotações de preços envolvidas no cálculo. Assim, a precisão dos resultados acumulados tende a ser maior que a dos resultados mensais. Do mesmo modo, os índices mais agregados são mais confiáveis que os menos agregados.

Ainda, no contexto de inflação mais baixa, o resultado mensal fica extremamente sensível a variações de preços de itens específicos importantes. Tais itens costumam refletir em determinado mês, os movimentos sazonais (vestuário e hortifruti), alinhamento de preços referentes a um período mais longo sem reajuste (tarifas públicas em geral), safras (grãos, carnes) ou outras situações .Os resultados acumulados vão refletir estes reajustes de forma mais distribuída. Assim, as conclusões a partir da comparação da inflação de dois períodos acumulados sucessivos serão muito mais consistentes do aquelas obtidas da comparação da inflação entre dois meses sucessivos.

4. Os Índices de Preços ao Consumidor compondo o Sistema Estatístico Nacional

A estruturação do Sistema Estatístico Nacional - SEN prevê atender a sociedade de forma integrada e mais abrangente possível quanto a necessidade por informações sociais, demográficas e econômicas. O SEN deve ser construído, atualizado e revisado nas diversas áreas temáticas tendo presente, antes de tudo, a demanda por estatísticas e, complementarmente, a comparação internacional tão importante nos tempos atuais.

Os Institutos Nacionais de Estatística, no caso brasileiro, o IBGE, atuam como principal produtor do SEN e coordenador de outros órgãos que assumem parte das estatísticas oficiais. Essas informações devem representar a realidade nacional de forma completa, sendo evitados os esforços duplicados.

O quadro relatado sobre a produção de IPCs no Brasil está muito distanciado destes princípios básicos. Há a duplicação para algumas Unidades da Federação que, no entanto, não cabe questionar , face as razões para que assim aconteça. Havendo também a lacuna referente a medida síntese nacional, no sentido estatístico estrito.

É possível avançar na integração, abrangência geográfica e credibilidade dos IPCs produzidos, sendo necessário um esforço interinstitucional onde o IBGE deve assumir seu papel de coordenador do SEN e ampliar sua atuação como produtor.

Para isso, tanto o IBGE quanto os demais órgãos envolvidos devem estar imbuídos de alguns princípios gerais internacionalmente consagrados:

a) promover a consistência e comparabilidade entre estatísticas oficiais;

b) ser imparcial e objetivo. Basear as interpretações em técnicas estatísticas relevantes;

c) estar atento ao contexto técnico, político e social em que os dados são coletados e os resultados e análises são utilizados.

Com relação aos IPCs especificamente, a OIT recomenda aos países:

a) revisar e ampliar os padrões de produção dos IPCs existentes;

b) aprimorar a comparabilidade internacional; e

c) garantir abrangência geográfica o mais ampla possível.

No que se refere à realidade brasileira, para pensar a produção integrada de IPCs, cabem algumas reflexões aplicáveis a qualquer prestação de serviço público que envolva a atuação conjunta de instâncias públicas federais, estaduais e/ou municipais. Está colocada a descentralização com nova distribuição de papéis e responsabilidades face a transferência de recursos financeiros para Estados e Municípios estabelecida na Carta Constitucional .

No caso de serviços muito especializados como a produção de estatísticas, o recurso financeiro é apenas parte do processo, sendo fundamentais os recursos humanos experientes e qualificados, recursos materiais e equipamentos, conhecimento aprofundado teórico e prático da área temática entre outros aspectos, que constituem a infra-estrutura que , apesar do desmonte de muitos órgãos de federais, ainda tende a ser mais completa nestes últimos que, por muitos anos, teriam centralizado a prestação do serviço.

Assim, a atuação conjunta depende da negociação entre as partes na perspectiva de maximizar a alocação de recursos para o atendimento mais adequado a Sociedade.

A definição de um processo descentralizado tende a ser diferenciada entre serviços públicos. O mesmo ocorrendo com as diferentes áreas do SEN onde os modelos de coordenação e parceria devem levar em conta a disponibilidade de recursos do órgão coordenador e demais

órgãos envolvidos. No Brasil, por exemplo, o estágio de organização dos diversos institutos estaduais é bastante variado.

Sabe-se que processos deste tipo tratam a repartição do poder e que resistências mútuas ocorrem. No entanto, estas serão reduzidas se o modelo proposto contiver ganhos claros para a sociedade, se a implantação for paulatina, se é pragmático, ou seja, leva em conta as características da situação tratada.

Considerados todos os aspectos vistos até aqui, a identificação de uma proposta para integrar a produção de IPCs, sem perder de vista a ambientarão observada, deve contemplar: o reforço a credibilidade, a maior comparabilidade metodológica, pelo menos das estatísticas oficiais, e cobrir a lacuna da síntese da inflação nacional.

O IBGE enquanto produtor deve manter a produção dos índices nas onze regiões pesquisadas, garantindo a continuidade das séries produzidas desde 1979. A representatividade deste sistema de indices é boa, mas para ampliá-la de forma significativa, mantida a concepção de índices nacionais obtidos a partir da agregação de índices regionais, teriam que ser incluídas muitas novas áreas, pois as áreas hoje representadas são aquelas de maior concentração urbana. E ainda assim, não teriamos o índice nacional no mais puro rigor estatístico. Assim, para obtenção da medida nacional, só faz sentido o IBGE empreender esforços na construção de um índice com desenho probabilístico garantindo a cobertura da totalidade das áreas urbanas brasileiras. Deste modo, o IBGE estaria ampliando o seu papel enquanto produtor de informações para o SEN.

Num país de dimensões continentais, e realidades social e econômica diversificadas há a necessidade de considerar , no contexto do SEN , a garantia de estatísticas locais para complementar os resultados nacionais. Assim, quanto aos demais órgãos produtores, os que atuam em áreas coincidentes com aquelas cobertas pelo IBGE, podem repetir as experiências de 1987 e 1995, estabelecendo parcerias para utilização de pesquisas básicas à construção dos índices- a Pesquisa de Orçamentos Familiares e a Pesquisa de Locais de Compra.

Àqueles que não atuam em áreas coincidentes, o IBGE poderia prestar assesssoria técnica, repassando a metodologia, implementada no seu sistema de índices. Neste caso, os órgãos realizariam as pesquisas básicas e produção mensal em acordo com as recomendações técnicas repassadas. Daí essas regiões, ainda que não cobertas diretamente pela medida síntese nacional, disporiam de resultados com ela comparáveis. Essa seria uma atuação do IBGE enquanto coordenador do SEN.

Ainda atuando na coordenação do SEN, caberia ao IBGE se articular com outros órgãos produtores para retomar o Conselho Técnico dos IPCs com a participação de especialistas representantes dos diversos segmentos da Sociedade: governo, trabalhadores, setor privado, setor financeiro, academia, além dos órgãos produtores dos IPCs estaduais, FIPE, DIEESE e FGV, face sua tradição e importância no contexto da produção de IPCs, e o IBGE, naturalmente.

Aqui o objetivo será validar metodologias adotadas, identificar usos adequados para os índices produzidos, definir critérios e prazos para revisões metodológicas mais abrangentes, estabelecer periodicidade e formato para a divulgação dos resultados, estimular a homogeneização

metodológica , checar aplicação das normas internacionais, incentivar o aprimoramento contínuo buscando colocar os IPCs na fronteira do conhecimento.

Uma instância com essas características fiscaliza os índices oficiais da forma que faz sentido, ou seja, através da avaliação dos métodos e com isso, ganham os usuários em geral. Além disso os índices ficariam protegidos de alterações metodológicas casuísticas ou apressadas, o que vai contar a favor da ampliação da credibilidade dos resultados e dos institutos de pesquisa.

5. Conclusão

Dentre as reflexões apresentadas, aquela referente à divulgação dos índices é a que se coloca de forma mais imediata sendo também a de mais fácil implementação.

A estruturação de um novo Conselho Técnico, nos moldes sugeridos, exige esforço de organização maior. Vai depender da vontade política de usuários e produtores para dar este salto de qualidade, de utilização e produção dos IPCs.

Já a viabilização do sistema integrado, onde a estatística mensal e os resultados estaduais "conversem", depende da possibilidade de alocação de recursos neste empreendimento. Cabendo alertar que a data provável para o início da nova Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF pelo IBGE é o ano 2000 (está em campo a POF 1995-1996) e, em sendo avaliado como relevante, rever o sistema produtivo de IPCs oficiais, as conversações devem iniciar no mais tardar, no primeiro semestre de 1997.

As propostas apresentadas procuraram explorar o que seria um padrão ideal para os Índices de Preços ao Consumidor em referência aos aspectos focalizados. Espera-se, agora, ouvir de produtores, usuários e outros especialistas suas opiniões e expectativas sobre o tema.

Maio de 1996

Referências Bibliográficas

- BUREAU of labor statistics. The consumer price index. 1984.

- GOVERNMENT statistical service, Reino Unido. Official statistics code of practice. abril 1995.

- GUALDA, Neio Lúcio Peres. Índice de preços ao consumidor - Um estudo sobre sua determinação no Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1988

- PROSÉRPIO, R. Repartição de encargos governamentais: a função de informar informar. Revista de administração pública, Rio de Janeiro, FGV, 1995.29p.

- QUINTSLR, Marcia Maria M., SENRA, Nelson de Castro, PINTO, Ricardo A.A.B.. Para compreender o INPC: um texto simplificado, 3ª. ed; Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 56p.

- QUINTSLR, M. M. M. Reunião de instituições produtoras de informações sociais, econômicas e territoriais: Mesa redonda: Pesquisa de orçamentos familiares - notas para orientar a discussão, mímeo. abril 1996.

- SILVA, L. F. A fundação instituto brasileiro de geografia - IBGE e a produção de estatísticas. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: jan/jun 1989.

- SISTEMA nacional de índices de preços ao consumidor: métodos de cálculo. 4ª ed; Rio de Janeiro: IBGE, 1996, 112p. (Série relatórios metodológicos, v. 14).

- STATISTICS Canada.The consumer price index. 1984.

- THOMAS, R., MEYER, M. Do the numbers lie? Business, february, 1995.

- TURVEY, Ralph. Consumer price index - an ILO Manual, ILO: fev 1989.